



**CÂMARA DE ATIVIDADES MINERÁRIAS**  
**Ata da 30ª reunião, realizada em 16 de agosto de 2018**

1 Em 16 de agosto de 2018, reuniu-se extraordinariamente a Câmara de  
2 Atividades Minerárias (CMI), na sede da Secretaria de Estado de Meio Ambiente  
3 e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD), em Belo Horizonte. Participaram os  
4 seguintes conselheiros titulares e suplentes: o presidente Breno Esteves  
5 Lasmar, representante da SEMAD. Representantes do poder público: Daniel  
6 Rennó Tenenwurcel, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico,  
7 Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (Sedectes); Túlio Almeida Lopes, da  
8 Secretaria de Estado de Governo (Segov); Verônica Ildefonso Cunha Coutinho,  
9 da Secretaria de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais (Seccri);  
10 Paulo Eugênio de Oliveira, da Companhia de Desenvolvimento Econômico de  
11 Minas Gerais (Codemig); Julio Cesar Dutra Grillo, do Instituto Brasileiro do Meio  
12 Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama); Claudinei Oliveira Cruz,  
13 do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM). Representantes da  
14 sociedade civil: Paula Meireles Aguiar, do Instituto Brasileiro de Mineração  
15 (Ibram); Júlio César Nery Ferreira, do Sindicato da Indústria Mineral do Estado  
16 de Minas Gerais (Sindiextra); Egmar Pereira Panta, da Federação das  
17 Associações Comerciais e Empresariais do Estado de Minas Gerais  
18 (Federaminas); Maria Teresa Viana de Freitas Corujo, do Fórum Nacional da  
19 Sociedade Civil nos Comitês de Bacias Hidrográficas (Fonasc); Adriana Alves  
20 Pereira Wilken, do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais  
21 (Cefet-MG); Newton Reis de Oliveira Luz, do Conselho Regional de Engenharia  
22 e Agronomia (Crea). **Assuntos em pauta.** **1) EXECUÇÃO DO HINO**  
23 **NACIONAL BRASILEIRO.** Executado o Hino Nacional Brasileiro. **2)**  
24 **ABERTURA.** O presidente Breno Esteves Lasmar declarou aberta a 30ª reunião  
25 da Câmara de Atividades Minerárias. **3) COMUNICADOS DOS**  
26 **CONSELHEIROS E ASSUNTOS GERAIS.** Conselheiro Julio Cesar Dutra Grillo:  
27 “Na reunião passada, eu estava mais uma vez manifestando a minha  
28 insegurança em relação a barragem de rejeito, alteamento de barragens, e o  
29 conselheiro do Crea, o Newton, disse na reunião que tínhamos um congresso do  
30 Instituto Brasileiro de Mineração que iria tratar do assunto e que eu deveria ir ao  
31 congresso. Eu disse que gostaria muito de participar e, se possível, inclusive,  
32 debater o assunto. O João Carlos, do Ibram, disse que eu seria muito bem-  
33 vindo, e eu fui ao congresso, participei dos três dias. Muito bem organizado,  
34 excelente. Mas a minha ida lá apenas consolidou o meu sentimento. No primeiro  
35 dia, na parte da manhã, nós tínhamos cinco presidentes de grandes empresas  
36 que atuam na área de mineração: uma de consultoria e quatro de minerações.  
37 Inclusive, presidente da empresa do grupo Vale, da AngloGold Ashanti, da

38 Kinross. Quando eles terminaram suas exposições, eu fiz uma pergunta  
39 simples, objetiva: qual era a garantia que eles podiam nos dar de que não  
40 teríamos novos rompimentos de barragem. Os cinco da mesa foram unânimes  
41 em uma resposta, que não existe risco zero para a questão de barragens, que a  
42 questão hoje, a forma de ser tratada, é no esquema de gestão de risco. Tem 48  
43 anos que eu trabalho, e já sei mais ou menos o que é uma gestão de risco. Uma  
44 gestão de risco se apoia em pessoas. Métodos, normas, procedimentos e  
45 pessoas. Isso quer dizer o seguinte: que hoje, em função ainda do clima de  
46 Mariana, todo mundo pode estar extremamente atento. Pode ser que isso não  
47 esteja dessa forma daqui a 10, 20 ou 50 anos, e pode surgir uma pessoa que  
48 seja negligente nessa área de gestão de riscos. E aí quais podem ser as  
49 consequências? Baseado nisso, eu fiz também – para a mesa já do dia  
50 seguinte, dos técnicos – a seguinte questão. ‘Se a própria mineração considera  
51 que não existe risco zero para barragens de rejeito ou alteamento de barragens,  
52 quer dizer que nós estamos considerando como natural a hipótese de  
53 perdermos o rio São Francisco, como já perdemos o rio Doce?’ Porque, se não  
54 tem risco zero, nós já sabemos, se existe a possibilidade de ocorrer alguma  
55 coisa, mais cedo ou mais tarde essa coisa ocorrerá. No terceiro dia, foram  
56 apresentadas – e muito bem apresentadas – diversas alternativas técnicas às  
57 barragens de rejeitos. Eu gostei de todas as alternativas, todas me pareceram  
58 ser muito boas. E consolidou a minha opinião de que, se nós queremos pensar  
59 o futuro do país, o futuro do Estado de Minas Gerais, e, se nós formos  
60 raciocinar sobre sustentabilidade – a Secretaria tem ‘desenvolvimento  
61 sustentável’ no próprio nome –, nós não podíamos permitir a continuidade das  
62 barragens de rejeito. Porque um rompimento que venha a fazer com o rio São  
63 Francisco o mesmo que foi feito com o rio Doce, isso significaria a quebra do  
64 país, certamente a quebra do Estado de Minas Gerais. A perda do rio São  
65 Francisco implica perda de geração de energia, perda de meio ambiente, perda  
66 de vidas humanas, perdas na agricultura, perdas em captação de água, perda  
67 na transposição do São Francisco. E existe o risco real dessa perda. Então, eu  
68 acho que todos os conselheiros e a Secretaria de Meio Ambiente deveriam  
69 pensar: será que, ao aprovar novas barragens, alteamentos das existentes, nós  
70 não estaríamos negligenciando com a nossa obrigação de trabalhar pela defesa  
71 do meio ambiente e por um desenvolvimento sustentável? As barragens com  
72 risco zero não são sustentáveis do ponto de vista ambiental nem social. A  
73 minha fala é para justificar, então, todas as minhas posições anteriores sobre a  
74 questão de barragens e todas as posições que eu tomarei daqui para frente em  
75 relação a barragens. Estando ocupando o cargo que eu estou ocupando, eu não  
76 poderia cometer um ato que, para mim, seria de responsabilidade, ao aprovar  
77 novas barragens ou novos alteamentos. Nós temos que cobrar sempre  
78 alternativas técnicas para disposição de rejeitos.” Conselheira Maria Teresa  
79 Viana de Freitas Corujo: “O Fonasc quer registrar que tomou conhecimento, na  
80 semana passada, de que a liminar em uma ação civil pública movida pelo

81 Ministério Público em relação a uma barragem de rejeito, Maravilhas III, da Vale,  
82 foi cassada pelo mesmo juiz que tinha dado a liminar. Registrar que é  
83 lamentável saber – e eu li a peça – que uma das argumentações do Estado,  
84 dentro das várias frentes de questionar a ação, foi dizer que o Estado não tinha  
85 a ver com aquela ação ‘porque ele não tem qualquer responsabilidade sobre  
86 barragem de rejeito’. Eu não sou da área do direito, eu não sou especialista em  
87 barragem, mas é surreal que o Estado tenha dito que não deveria estar sendo  
88 acionado na ação do Ministério Público ‘porque não tinha nada a ver com  
89 barragem de rejeito’. Quando nós sabemos que a barragem de rejeito  
90 Maravilhas III foi licenciada em uma instância do Sisema, que os Pareceres  
91 Únicos são dos órgãos técnicos do Estado, que quem preside as reuniões ou  
92 quem vota representando o Estado participou desse processo decisório. Então,  
93 eu estou colocando como uma cidadã que é inaceitável que o Estado continue  
94 assim em relação a barragem de rejeito, mesmo apresentando pareceres de  
95 vista favoráveis ao deferimento das licenças; mesmo defendendo esses projetos  
96 minerários; mesmo colocando a maior parte deles dentro da Suppri – que é a  
97 Superintendência de Projetos Prioritários; mesmo tendo alterações na  
98 legislação que facilitam esses licenciamentos; quando entra uma ação na  
99 Justiça relacionada com uma barragem de rejeito de 110 milhões m<sup>3</sup> – me  
100 parece que esse é o valor –, no Alto Rio das Velhas, com comunidades na zona  
101 de autossalvamento, que informa que, em caso de rompimento ou alguma  
102 situação, chega à captação de Bela Fama; que informa no Parecer Único que o  
103 que a Vale teria que fazer era uma ligação para o gestor da captação da  
104 Copasa informando que há a possibilidade de a lama chegar lá. Isso também  
105 vai chegar ao rio São Francisco. É muito inaceitável, é muito violento, inclusive  
106 com o futuro, em um território, no nosso caso, do Quadrilátero Ferrífero, que já  
107 tem 200 e tantas barragens de rejeito. Como o Julio fala, pode ser que agora as  
108 empresas estejam tendo um cuidado maior, mas quem vai cuidar dessas  
109 barragens nos próximos 100, 200 anos? Será que vai ter gestão de risco? Ainda  
110 mais quando as empresas não estiverem mais naquele projeto, que aquele  
111 projeto for um projeto encerrado. Então, eu quero se registre porque nós  
112 ficamos inconformados de ver um Estado, que deveria ter endossado a ação do  
113 Ministério Público, ter respondido tipo ‘eu não tenho nada a ver com isso porque  
114 o Estado não tem a ver com barragens de rejeito’. Eu quero requerer se houve  
115 possibilidade da resposta às duas demandas do Fonasc da última reunião, que  
116 seriam informação de como está a questão da barragem da Mundo Mineração  
117 em Rio Acima; saber a resposta sobre a questão do empreendimento em São  
118 Gonçalo do Bação licenciado pelo município de Itabirito. Se não foi possível  
119 preparar a resposta para hoje, que se apresente na próxima reunião da CMI. E  
120 por último o Fonasc está requerendo informações para se apresentarem na  
121 Câmara sobre quais são as bases que estão compondo hoje a IDE. Não precisa  
122 fazer apresentação, talvez até trazer por escrito. Quais são as bases que  
123 compõem hoje a IDE?” Conselheiro Claudinei Oliveira Cruz: “Aproveitando a

124 fala do conselheiro Julio, eu quero aproveitar até para parabenizar o Ibram, em  
125 nome da Paula, pelo evento, que foi um dos melhores eventos dos últimos  
126 tempos. Com relação à qualidade técnica, foi muito bom. Nos três dias foram  
127 palestras de alto nível. Eu tive, inclusive, oportunidade de apresentar um  
128 trabalho de gestão de risco, aplicação da ISO 31000 na gestão de risco de  
129 barragens de rejeito. Complementando a palavra do Julio, eu não concordo com  
130 ele em muitas coisas, porque risco zero não existe para atividade nenhuma. Se  
131 você andar na rua, é perigoso ser assaltado ou morrer atropelado. Então, risco  
132 zero não tem, principalmente em atividade de engenharia. Em qualquer  
133 atividade de engenharia não existe risco zero. Isso é um fato. Então, falar que  
134 só barragem que é risco zero, isso não procede. Toda atividade de engenharia  
135 não tem risco zero. O que nós temos que fazer? Melhorar as técnicas. Isso é  
136 óbvio. Outra questão: foi até falado lá da questão das alternativas. Existem  
137 outras alternativas de disposição de rejeito? Existem várias. Mas são aplicáveis  
138 para todos os minerais? Não. Hoje não temos condições de mudar de um dia  
139 para o outro a disposição de rejeito de mineração. Isso é no mundo, não é só no  
140 Brasil. Não vamos ter mais barragem? Inviabiliza a mineração. Essa é a  
141 questão. Não adianta teimar, que é verdade. Existem outras alternativas, mas  
142 não tem como fazer isso de um dia para o outro, e não são todos os minerais  
143 que têm a mesma condição. Uma frente de lavra tem vários tipos de rejeitos no  
144 mesmo mineral. Tem estudos de vários anos, já vêm sendo feitos antes do  
145 rompimento de Fundão. Isso não veio por causa do rompimento de Fundão, já  
146 vinha há muito tempo. Se vocês digitarem no Google, vão ver teses de  
147 mestrado e doutorado de 10, 15, 20 anos. Isso já vem de muito tempo, então,  
148 não é de um dia para o outro que se consegue fazer isso. Isso ficou claro. Hoje,  
149 a mineração brasileira e a mineração mundial dependem, sim, de barragens.  
150 Isso é um fato. Nós vamos conseguir extinguir as barragens? A longo prazo,  
151 talvez, sim. Então, é uma utopia querer acabar com barragem hoje. Se acabar  
152 com barragem hoje, vai acabar com a mineração. Isso é outro fato. A questão  
153 de proibir barragem. Eu vou até repetir as palavras do professor Paulo Abrão,  
154 que estava no Congresso. Proibir barragem de rejeito é dar um atestado de  
155 incompetência para a engenharia brasileira. Nisso eu concordo com ele  
156 totalmente. A engenharia de barragens brasileira hoje é uma das melhores do  
157 mundo. Isso é fato também, não sou eu quem está falando. Então, falar 'não  
158 vamos fazer mais barragem, não damos conta', isso é dar um atestado de  
159 incompetência. O que nós temos que fazer? É o que vem sendo feito, estudar,  
160 melhorar, a academia se juntar à iniciativa privada. Isso tem que ser feito. E,  
161 claro, tentar sempre fazer alternativas de disposição de rejeito. Agora, ser  
162 radical, 'não vamos ter mais barragem a partir de hoje', além de dar um atestado  
163 de incompetência para a engenharia brasileira, é acabar com a mineração,  
164 porque a mineração não é sustentável se não tiver barragem de rejeito. Esse é  
165 outro fato. Só complementando aqui: fala-se muito de barragem de rejeito. Mas  
166 as barragens de água, a barragem hidrelétrica? O risco delas é o mesmo, sim,

167 senhor. Itaipu é feita de concreto, de maciço. É a mesma técnica que se usa  
168 para se fazer barragem de rejeito. Eu estou falando porque conheço, eu já vi os  
169 dois, sou especialista, então, eu sei. É a mesma técnica, a diferença é a  
170 barragem a montante, que realmente é só na mineração que se faz. Agora, os  
171 outros são idênticos. Então, o risco de uma barragem bem-feita de uma  
172 mineração e de uma barragem de água é o mesmo. Isso não sou eu que estou  
173 falando, isso está na literatura, isso é fato. Então, que a gente abra um pouco  
174 mais a questão, essa questão de barragem tem que ser mais discutida. Eu  
175 concordo. Tem que ser mais amplo, a sociedade tem que estar mais perto, mas  
176 nós precisamos ser menos radicais. Vamos acabar com barragem? De um dia  
177 para o outro não se acaba, não tem como.” Vânia Mara de Souza  
178 Sarmiento/Assessora dos Órgãos Colegiados/SEMAD: “As solicitações da  
179 conselheira Maria Teresa estão em análise na SEMAD. Caso seja possível,  
180 trazer todas na próxima reunião, do dia 31, na reunião ordinária. Pelo que  
181 entendi, a conselheira falou que não precisa ser uma apresentação. Nós vamos  
182 levar para o setor competente, que é o setor da Zuleika, na SEMAD, e pedir ao  
183 Fabrício, diretor, que, dentro de sua agenda, venha fazer os esclarecimentos  
184 nesta Câmara.” Conselheiro Julio Cesar Dutra Grillo: “Claudinei, você falou de  
185 quatro itens, e eu vou tentar me lembrar dos quatro. Mas vou começar pelo  
186 final. Eu também sou engenheiro, trabalhei dois anos em Itaipu, acompanhei,  
187 vamos dizer assim, praticamente todos os processos tecnológicos de  
188 desenvolvimento da barragem. Tem diferenças que são profundas entre os dois  
189 tipos de barragem. Por exemplo, em uma barragem hidrelétrica, você escava  
190 até encontrar a rocha sã. Quando você chega à rocha sã, você faz uma  
191 escarificação da rocha para evitar fissuras. Depois que você fez essa  
192 escarificação, você coloca a fundação da barragem assentada sobre a rocha. E  
193 tem diversos outros cuidados. A barragem de Itaipu, por exemplo, é dividida em  
194 três partes: 2,5 km de concreto, mais uns 2 km e pouco de enrocamento e  
195 depois pouco menos de 2 km de barragem de terra na lateral. E mesmo essa  
196 barragem de terra tem cuidados – eu acompanhei – que são completamente  
197 distintos dessas barragens de rejeito. Então, isso é só para exemplificar que os  
198 processos não são os mesmos. Mas voltando à questão de gestão de risco e  
199 depois eu vou falar sobre custo e alternativa. Sobre a questão de gestão de  
200 risco, vamos supor que nós não tivéssemos nenhuma barragem de rejeito no  
201 Estado de Minas Gerais. Se tivermos aqui uma coisa absolutamente  
202 excepcional, um sismo da ordem 5 ou 6 na escala Richter, nós teríamos  
203 inúmeras mortes, inúmeros prejuízos. Mas o rio nós não perderíamos, não  
204 perderíamos o rio São Francisco. Se ocorre um evento dessa natureza com as  
205 barragens de rejeito que temos aqui, nós perdemos o rio. Então, essa é uma  
206 diferença que é fundamental. Quer dizer, nós não podemos – sabendo que  
207 existe a possibilidade de cair e de termos uma perda de um patrimônio como o  
208 rio São Francisco – apostar que nós vamos controlar isso tudo dentro de um  
209 sistema de gestão de risco. Nós estamos trabalhando em uma linha que é muito

210 perigosa, nós estamos andando em uma corda bamba, apostando que vamos  
211 continuar equilibrados. Mas, se desequilibrar, cai. A questão de custo. Existem  
212 alternativas técnicas. Eu já conheci algumas também, mas citei o congresso,  
213 que – confirmo aqui – foi realmente de um nível altíssimo. E nesse congresso  
214 eles mostram todas as alternativas, algumas que eu não conhecia e que achei  
215 excelentes, mas não se aborda a questão de custo. Eu acho que a mineração,  
216 para dizer que essa alternativa não é viável economicamente, teria que  
217 comprovar que não é viável economicamente, teria que abrir as planilhas de  
218 custo. Eu consigo fazer uma boa análise de balanço, não tem problema, vamos  
219 fazer, vamos dar uma estudada em alternativas de custo, não só alternativas  
220 tecnológicas. Mas falar o seguinte: esta alternativa não é viável  
221 economicamente, então, nós não vamos fazer, sem apresentar os números, fica  
222 parecendo aquela brincadeira Cachanga Real. Na hora que você perdeu,  
223 ‘Cachanga Real’. Eu acho que nós não podemos mais protelar a discussão mais  
224 séria, o aprofundamento nessa questão de barragem de rejeito. Note, por favor,  
225 Claudinei, eu não estou falando contra a mineração. Eu tenho um histórico de  
226 vida de trabalhar com Belgo Mineira por mais de dez anos, fui diretor de uma  
227 fábrica de estrutura metálica por cinco. Depois trabalhei na Vale do Rio Doce  
228 como diretor de uma das empresas, por dois anos. Eu não sou contra  
229 mineração de nenhuma espécie, eu só não posso aceitar que ela continue a  
230 significar um risco dessa magnitude para a questão ambiental, para a questão  
231 econômica e para a questão social.” Conselheira Paula Meireles Aguiar:  
232 “Primeiro, eu queria agradecer ao DNPM pela colocação sobre o evento.  
233 Lembrando que a CBMina é um congresso da UFMG e do Ibiam, e o objetivo é  
234 uma participação maior do meio acadêmico. Eu sou advogada, então, não me  
235 atrevo a entrar na parte técnica, mas isso já foi muito falado aqui, e, de fato, em  
236 nenhuma atividade, quanto mais a de engenharia, existe o risco zero. O  
237 exemplo que costumo citar aqui na Câmara é ‘eu preciso trocar essa lâmpada, e  
238 não existe um risco zero nisso’. Mas eu concordo com o que foi colocado lá de  
239 que nós temos que trabalhar muito, e sempre há um campo enorme para  
240 melhorar tanto na área de redução de riscos, da gestão de riscos, quanto na  
241 parte de alternativas locais. Temos muito que evoluir, e acredito que  
242 estamos caminhando para isso. Mas, de fato, o risco zero não existe em  
243 nenhuma atividade, temos que reduzir ao máximo. Com relação à preocupação  
244 das barragens que hoje fazem parte da operação de uma mina, só lembrando  
245 que o plano de fechamento de mina envolve também o fechamento da  
246 barragem, o que fazer com a barragem. Eu acho que vale a pena também  
247 mencionar que nas últimas legislações, pelo menos em Minas Gerais, nós  
248 tivemos melhorias, sim, não só com a vedação de novas barragens a montante  
249 como também pelo aumento do número de auditorias. Eu acho que nós temos  
250 avançado, sim. Claro, sempre é possível, sempre temos que buscar melhorar,  
251 mas eu acredito que estamos indo, sim, no caminho certo. De qualquer forma,  
252 eu vou levar as colocações do Ibiam para a entidade.” Conselheiro Julio Cesar

253 Dutra Grillo: “Eu me coloco à disposição para conversar em qualquer instante,  
254 em qualquer local. Eu me coloco integralmente à disposição para continuar a  
255 discutir esse assunto.” Conselheira Paula Meireles Aguiar: “Eu agradeço, e  
256 vamos entrar em contato o mais rápido possível, para sempre evoluirmos.”  
257 Conselheiro Júlio César Nery Ferreira: “Eu só queria colocar que essa questão  
258 do risco na barragem nós temos que pensar na forma que se coloca que existe  
259 o risco. A função do engenheiro é minimizar esse risco e evitar que o potencial  
260 de dano aconteça. Então, a técnica tem que evoluir sempre. Eu acho que essa  
261 modificação na legislação, como citou a Paula, de eliminar as barragens a  
262 montante, eu trabalhei em uma empresa que não construía barragem com  
263 alteamento a montante. Nós já tínhamos tomado essa decisão em 1990 por aí.  
264 Porque é uma técnica que, se você falhar no controle, pode ter um risco maior.  
265 Não significa que ela vai cair, mas pode ter um risco maior. Então, essa  
266 evolução eu acho importante. Era uma técnica mais barata, muito usada, mas  
267 essa eliminação é importante para reduzir riscos de, no futuro, se ter um  
268 descontrole qualquer que possa provocar isso. Mas a função da engenharia,  
269 como bem disse o Claudinei, é evitar que o potencial de dano aconteça. A  
270 mineração tem um potencial de poluição como outras atividades, e a nossa  
271 função como engenheiros é evitar que esse potencial se realize, fazer todo o  
272 controle possível para isso. O trabalho na legislação – aí a função do Ibama  
273 certamente é importantíssima para essa evolução, assim como a da SEMAD – é  
274 muito significativo. A colaboração com os especialistas no assunto – como  
275 acontece em um congresso desse tipo ou em uma comissão de revisão das  
276 normas de construção de barragem, como aconteceu no ano passado, que foi  
277 coordenado pelo Ibram, com participação de deputado federal e de diversos  
278 órgãos – é importante também nesse sentido de se reduzir esse grau de risco.  
279 Vai ser sempre uma luta para evitar que o acidente aconteça e que o risco se  
280 realize. Então, essa que é a nossa função. E dizer também que barragens de  
281 terra, para hidrelétrica, para água ou para mineração são construídas com a  
282 mesma técnica. Ter que escavar até achar um solo estável, não  
283 necessariamente a rocha sã, é função de qualquer projetista. Ele tem que fazer  
284 as sondagens, identificar os tipos de solo e tomar cuidado para que não exista  
285 outro aterramento ou outro tipo de coisa que possa gerar uma infiltração e que  
286 venha ocorrer um dano maior. Não dá para ficar aqui uma discussão técnica  
287 muito prolongada, mas nós nos colocamos à disposição para trabalhar nisso e  
288 fazer até algum seminário com a SEMAD para discutir isso, com o Ibama  
289 também. Proibir as de rejeito está bom, mas as de água, as hidroelétricas? Eu  
290 estou falando de água porque tem também barragens para outras empresas  
291 que são só para acumulação de água, até em fazendas. Então, são técnicas  
292 que eu acho que nós temos que saber que estão em evolução. Nós temos uma  
293 legislação que está em evolução, tivemos progressos significativos nos últimos  
294 tempos. O DNPM tem agora um grupo dedicado a barragem. Com isso, eu acho  
295 que, em termos de mineração, a fiscalização vai aumentar bastante, vai ser

296 incrementada e melhorada bastante. E nós temos que acompanhar essa  
297 evolução e fazer com que esses riscos não se realizem. Essa que eu acho que  
298 é a função do engenheiro, exatamente essa de evitar que o risco se realize.  
299 Existe, mas a nossa função é melhorar esses controles para que isso não  
300 aconteça.” Conselheira Adriana Alves Pereira Wilken: “Já tem mais de um ano e  
301 meio que eu estou aqui nesta Câmara Técnica, e a maioria dos processos em  
302 que eu voto contra são aqueles cujos processos não trouxeram as alternativas  
303 tecnológicas, e muito deles por causa de barragem. Eu concordo com o  
304 conselheiro Claudinei de que nem em todos os tipos de minérios tem como ter  
305 essas alternativas. O minério fino, por exemplo, tem muita dificuldade de filtrar.  
306 Mas, por outro lado, eu acho que já se pode trazer um avanço nesse sentido,  
307 que foi o que eu falei aqui no processo, por exemplo, de Maravilhas, que  
308 poderia ter sido trazido já com algum avanço: aumentar a vida útil da barragem,  
309 filtrar o rejeito grosso. Isso é possível, nós sabemos que é. Então, nós  
310 entendemos que ainda não é possível acabar com as barragens de rejeito, mas  
311 se pode trazer um avanço no sentido de aumentar a vida útil delas. Isso já pode  
312 ser feito, e eu ainda não vi as empresas trazendo isso como um passo a mais.  
313 Mostrem alguma coisa para nós, a sociedade quer isso. E não é só risco de  
314 pessoas que estão a jusante, não é só questão de acidente, a questão de  
315 descomissionamento de barragem é muito difícil. Nós sabemos que tem um  
316 plano de fechamento de mina e tudo, mas sabemos que nessas barragens os  
317 rejeitos são muito finos e vão ficar ali no ambiente o resto da vida, não tem  
318 como descomissionar. Então, tem essa questão ambiental dessa estrutura  
319 inserida no ambiente, que não tem como voltar o meio ambiente como era  
320 antes. Então, nós temos que pensar nisso também. Só para concluir, as  
321 empresas têm que trazer algum avanço, é disso que nós precisamos.  
322 Entendemos que ainda não é possível eliminar as barragens completamente,  
323 mas que tragam pelo menos, minimamente, o aumento da vida útil dessas  
324 barragens. Porque trazer uma barragem de 100 milhões m<sup>3</sup> de volume, como foi  
325 Maravilhas, para durar sete anos, é muito pouco.” Conselheiro Julio Cesar Dutra  
326 Grillo: “Só para que não estabeleçamos mais a comparação entre barragens  
327 para acumulação de água e barragens de rejeito. Por maior que seja uma  
328 barragem para cumulação de água, se ela romper, nós vamos ter um problema,  
329 perda de vidas, perda da agricultura e do meio ambiente talvez por cinco, talvez  
330 por dez anos, e depois recuperamos aquilo tudo. Se for uma barragem de  
331 rejeito – nós estamos vendo agora no trabalho de recuperação do rio Doce –,  
332 são muitas décadas, dependendo do caso, século. Uma barragem que tenha,  
333 por exemplo, arsênico ou coisa desse tipo, que romper, são mais de um século  
334 para recuperar. Então, do próprio ponto de vista de gestão de risco, eu acho  
335 que toda proposta tinha que estar apresentando alternativa tecnológica. E se,  
336 por acaso, for dada a cartada de ‘economicamente é inviável’, traz a planilha de  
337 custo, e vamos discutir a planilha de custo para ver se a alternativa é realmente  
338 inviável. Eu não concordo com a ideia de que nós ainda teremos novas



339 barragens de rejeito, eu acho que não deveríamos ter mais barragens de rejeito.  
340 E, para que tenhamos, a coisa tem que ser muito bem justificada, não pode ser  
341 como é feita hoje, sendo apresentada sempre como a única alternativa,  
342 independentemente da magnitude do risco que aquela barragem imponha à  
343 sociedade, ao meio ambiente e à economia do país.” Presidente Breno Esteves  
344 Lasmar: “O debate é interessante, o assunto está sempre bem acalorado em  
345 nossas discussões aqui. Eu acredito que há oportunidade para que possamos  
346 até desenvolver novos debates, novas participações em ambientes que venham  
347 questionar, que venham apresentar as dúvidas e as possibilidades, as  
348 alternativas que são importantes para nós, enquanto órgão colegiado decisório  
349 sobre a matéria.” **4) EXAME DAS ATAS DA 28ª e 29ª REUNIÕES DA CMI.**  
350 Aprovadas por unanimidade as atas da 28ª e 29ª reuniões da Câmara de  
351 Atividades Minerárias, realizadas nos dias 13 e 27 de julho de 2018,  
352 respectivamente, com as seguintes alterações. Ata da 28ª reunião: – Linha 50, a  
353 expressão correta é ‘empresas rés’; – Linha 53, ‘as barragens de rejeito’ em vez  
354 de ‘a barragem’; – Linha 54, ‘entregue’ em vez de ‘entrega’; – Linha 110, a  
355 expressão correta é ‘quantidade de omissões’; – Linha 111, onde está escrito ‘e  
356 que nós fomos impedidos’, lê-se ‘e nós fomos impedidos’; – Linha 118, a  
357 expressão correta é ‘por esta Câmara’; – Linha 262, a inscrição correta é  
358 ‘LP+LI’; – Linha 276, onde está escrito ‘realmente tenham apresentado ao  
359 Fonasc’, lê-se ‘realmente não tenham apresentado ao Fonasc’; – Linha 547,  
360 substituir o ponto final por ponto de interrogação após a expressão  
361 ‘condicionantes para uma LO’; – Linhas 751 e 752, suprimir as palavras  
362 ‘acontecer’ e ‘modificar’; – Linha 929, a expressão correta é “dar o carimbo e  
363 concordar”. Ata da 29ª reunião: – Linha 58, a expressão correta é ‘questões que  
364 entendemos graves’; – Linha 67, registrar os números dos títulos minerários  
365 sem as barras; – Linha 109, a expressão correta é ‘assinado por Getúlio Vargas  
366 há nada menos que 70 anos’; – Linha 111, a expressão correta é ‘ela está em  
367 curso’; – Linha 480, a expressão correta é: ‘são muito grandes’. Votos  
368 favoráveis à aprovação das duas atas: Codemig, Seccri, Sindiextra, Ibram,  
369 DNPM, Cefet, Ibama, Segov, Sedectes e Fonasc. Abstenção: Federaminas.  
370 Ausência: Crea. **5) PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE**  
371 **LICENÇA DE OPERAÇÃO. 5.1) Companhia Brasileira de Alumínio (CBA).**  
372 **Lavra a céu aberto sem tratamento ou com tratamento a seco, minerais**  
373 **metálicos, exceto minério de ferro. Ervália, Rosário da Limeira e São**  
374 **Sebastião da Vargem Alegre/MG. PA 00309/1996/212/2015, DNPM**  
375 **830.553/1980. Classe 4. Conforme Lei nº 21.972/2016, artigo 14, inciso III,**  
376 **alínea b). Apresentação: Supram Zona da Mata. Processo retirado de pauta**  
377 **com pedidos de vista do Fonasc, Ibram e Sindiextra. 6) PROCESSO**  
378 **ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE ADENDO A LICENÇA PRÉVIA**  
379 **CONCOMITANTE COM LICENÇA DE INSTALAÇÃO. 6.1) Empresa de**  
380 **Cimentos Liz S/A. Mina Lapa Vermelha. Lavra a céu aberto ou subterrânea**

381 em áreas cársticas com ou sem tratamento e pilha de rejeito/estéril. Lagoa  
382 Santa/MG. PA 00059/1992/006/2010, DNPM 930.229/1989. Classe 6.  
383 Apresentação: Supram Central Metropolitana. Processo retirado de pauta  
384 com pedidos de vista do Fonasc, Ibram e Sindiextra. 7) **PROCESSO**  
385 **ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE ADENDO A LICENÇA DE OPERAÇÃO.**  
386 **7.1) Mineração Riacho dos Machados Ltda. Lavra a céu aberto. Minerais**  
387 **metálicos, exceto minério de ferro. Riacho dos Machados e**  
388 **Porteirinha/MG. PA 11961/2009/005/2013. Classe 6. Apresentação: Supram**  
389 **Norte de Minas.** Processo retirado de pauta com pedidos de vista do Fonasc,  
390 Ibram e Sindiextra. 8) **ENCERRAMENTO.** Não havendo outros assuntos a  
391 serem tratados, o presidente Breno Esteves Lasmar agradeceu a presença de  
392 todos e declarou encerrada a sessão, da qual foi lavrada esta ata.

---

393  
394 **APROVAÇÃO DA ATA**

---

395  
396  
397 **Breno Esteves Lasmar**  
398 **Presidente da Câmara de Atividades Minerárias**